

Condsef/Fenadsef convoca servidores para Marcha Virtual pela Vida

O movimento Frente pela Vida, constituído por entidades nacionais de saúde, ensino, pesquisa e imprensa, incluindo o Conselho Nacional de Saúde (CNS), realiza nesta terça-feira, 9, a Marcha Virtual pela Vida, com extensa programação online. Atividades setoriais, tuitação, ato político, painéis e apresentações culturais marcarão a data que reivindica fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com consolidação de orçamento adequado e valorização de instituições de pesquisa, o que envolve a luta em defesa da educação pública. Condsef/Fenadsef convoca categoria para se somar às ações.

O objetivo da programação, que pode ser acompanhada pelo site específico (www.sbpcnet.org.br) é denunciar que o orçamento do SUS não está sendo aplicado e sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância da vida, da ciência, da saúde pública e do respeito à Constituição como fundamentais para os direitos humanos e sociais, em especial no contexto da pandemia de Covid-19. A Marcha Virtual pela Vida, cuja data foi batizada de Dia "V", contará com a participação de cientistas, personalidades, gestores públicos e artistas. Pelas redes sociais, apoiadores devem compartilhar a hashtag #MarchaPelaVida.

Orçamento retido

Para Raimundo Pereira de Sousa, membro da Comissão Intersetorial de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Confin) e presidente do Sindsep-MA, servidores, movimentos, sindicatos e a sociedade em geral devem se engajar na participação, exigindo a execução do Orçamento de Guerra aprovado pelo Congresso Nacional, que ainda não chegou ao SUS. A reivindicação, urgente no contexto de pandemia, estende-se também para momentos de circunstâncias normais.

"O que o Conselho [Nacional de Saúde] está articulando é que esse orçamento prevaleça em 2021, se não voltamos para estaca zero e o orçamento não será suficiente, já que prevalecerá a Emenda Constitucional 95 [Teto dos Gastos]. O orçamento de hoje é o mesmo de 2019, que tira R\$ 20 bilhões do SUS", comenta Raimundo. "O SUS hoje não tem a mínima condição de funcionar. Não houve investimento mesmo nessa situação de pandemia; o que teve foi remanejamento", criticou.

O Orçamento de Guerra aprovado pelo Congresso destina R\$ 15 milhões de emendas parlamentares obrigatórias. Mesmo assim, do valor autorizado, o SUS ainda aguarda parte dos recursos, não liberados na totalidade. "O ministro [interino, Eduardo Pazuello] está retendo. As prefeituras e Estados estão no limite, gastando o que não têm", afirma Raimundo. O membro da Confin destaca que a defesa da educação pública também faz

parte das reivindicações da Marcha pela Vida, já que os hospitais universitários, administrados pela empresa pública Ebserh, funcionam como instituições de alta complexidade.

Mobilize-se

Os participantes da Marcha Virtual pela Vida também poderão mostrar na internet onde estão se manifestando em tempo real através do aplicativo Manif.app, ferramenta criada na França e que já vem sendo utilizada no país para manifestações em tempos de coronavírus. Muito simples de navegar, o aplicativo permitirá que as pessoas mostrem seu apoio à manifestação por meio de um avatar, obedecendo às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) de distanciamento social para evitar a disseminação da Covid-19. Veja abaixo a programação completa desta terça-feira:

(Com informações do CNS)

PROGRAMAÇÃO GERAL



**Marcha
pela Vida**

9 DE JUNHO DE 2020

Manhã: Atividades setoriais/locais associadas ao tema VIDA (webinars, etc.)

12h-13h: Tuitação com a hashtag #MarchaPelaVida

12h: Manifestação virtual em Brasília, com avatares (Manif.app)

13h-15h: Painel online de depoimentos de pessoas de todos os setores sociais em torno dos 6 eixos da Declaração "Marcha pela Vida";

16h: Ato político de apresentação pública dos pontos essenciais da Marcha;

18h-19h: Programação cultural

É crime e perseguição Bolsonaro desviar recursos do Bolsa Família dos nordestinos

Mesmo com a pandemia do novo coronavírus, o aumento do desemprego, da extrema pobreza e de uma fila com milhares de famílias a espera do benefício como única fonte de renda para sobreviver, o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) e o seu ministro da Economia, Paulo Guedes transferiram quase R\$ 84 milhões dos recursos do Programa Bolsa Família que seriam destinados ao Nordeste para a comunicação do Palácio do Planalto.

A Portaria nº 13.474 publicada na semana passada é mais uma medida de Bolsonaro que ataca o Bolsa Família, especialmente no Nordeste, onde há mais de um ano o governo iniciou uma sequência de cortes, de famílias e recursos, do benefício. E ainda praticamente travou a entrada de mais beneficiários, que formou uma fila de espera de milhares de famílias, prejudicando principalmente estados do norte e nordeste.

Nos últimos doze meses, o número de famílias beneficiadas pelo programa no Nordeste foi reduzido e apenas 3% da população conseguiu o benefício. Enquanto nas regiões mais ricas do país, o Sul e o Sudeste, houve um aumento de 75% no número de novos beneficiários.

Para a secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos da CUT, Jandyra Uehara, não há outra palavra para descrever o que o governo Bolsonaro fez, é um ato criminoso mesmo tirar recursos de um benefício tão importante, especialmente em meio à pandemia.

O economista do Ibase disse que ficou surpreso quando leu a portaria na íntegra, pois o governo sequer disfarçou que o destino dos recursos desviados do programa que atenderia famílias carentes da região Nordeste iriam ser gastos com publicidade do governo.

“Um grande número de famílias está em uma situação de penúria enorme, agravada com a pandemia, e a comunicação deste governo está

sendo investigada por patrocinar sites de fake news e ainda alojar em suas estruturas um Gabinete de Ódio que cria e dissemina milhares de informações mentirosas”, destaca Francisco.

Justificativa e as contradições na economia

A justificativa do governo para transferir os recursos do Bolsa Família para a publicidade foi a de que grande parte dos pagamentos do Bolsa Família em abril e maio foi financiado pelo programa de auxílio emergencial, aprovado pelo Congresso Nacional. Por isso, haveria uma ‘sobra no orçamento’.

“Com a sobra eles poderiam zerar a fila, conceder mais benefícios para o nosso povo do nordeste, que está passando mais dificuldade com esta pandemia, ou então destinar este recurso para a saúde, que tanto precisa para salvar vidas da população mais vulnerável. Mas não é essa a prioridade”, critica Jandyra.

Segundo o economista, o país tem duas pesquisas que mostram que o dinheiro transferido para estas populações são destinados ao consumo de alimentação, vestuário, remédios e até materiais escolares, considerados essenciais para este público. E que é este consumo que fortalece a economia local e que traz receita e pagamento de impostos, girando assim a economia macro também.

Cálculos de técnicos ouvidos pelo jornal Folha de S.Paulo mostraram que o valor retirado do Bolsa Família seria suficiente para atender 70 mil famílias em um mês, pagar 140 mil auxílios emergenciais e comprar 3.500 respiradores.

Reação imediata

No dia seguinte à publicação da portaria, procuradorias gerais dos nove Estados nordestinos acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir que o governo federal restabeleça os valores retirados do orçamento do

programa para a região.

No documento da ação, dados do Ministério da Cidadania revelam que os Estados da Região Nordeste continuam sendo penalizados pela gestão do programa de distribuição de renda do Governo Federal na pandemia.

Segundo nota da Procuradoria Geral do Rio Grande do Norte, o processo será avaliado pelo Ministro do STF, Marco Aurélio Melo, que já avaliou o pedido e considerou que há um estado de calamidade pública no país e que a concentração de cortes do benefício na Região Nordeste configura discriminação.

Mais ataques

O Bolsa Família enfrenta, sob Bolsonaro, o período mais longo de baixo índice de entrada de novos beneficiários da história do programa.

Neste ano, o governo ainda não abriu espaço no Orçamento para a 13ª parcela do programa, promessa de Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018. Mas o governo já informou que, nos próximos meses, continuará reduzindo o orçamento do programa social, pois avalia que os recursos não serão necessários com a folga dada pelo auxílio emergencial, sem citar planos para reduzir a fila de espera.

Auxílio Emergencial

Temporariamente, durante a pandemia, o valor depositado a quase todas as famílias será o mesmo do auxílio emergencial dado a trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores e desempregados - R\$ 600 (R\$ 1.200 para mães chefes de família).

O programa atende famílias com filhos de 0 a 17 anos e que vivem em situação de extrema pobreza, com renda per capita de até R\$ 89 mensais, e pobreza, com renda entre R\$ 89,01 e R\$ 178 por mês. O benefício médio foi de R\$ 191,86 até março.

Matéria completa em cut.org.br/noticias